#43 SÉRIE II OUTUBRO 2021

anti—capitalista

O mundo às avessas.

COP26 de Glasgow
P 3

Mulheres e Afeganistão
PP 4 — 5

A ideologia das apps
P 6

Outro tempo, as mesmas vozes

Trata-se de um texto magnífico, de testemunho, de proximidade e de crítica. *Um Sétimo Homem*, livro que conjuga o texto de John Berger e a fotografia de Jean Mohr, transporta cenas de vida e de quotidianos de trabalhadores e trabalhadoras migrantes. Está em causa um processo de reabilitação de discurso e de dignificação das experiências, quando os sujeitos concretos surgem humanizados e reais, para além da frieza numérica dos relatórios e poses institucionais.

É um lugar-comum sublinhar as realidades mais sofridas decorrentes do labor do *call center*, das plataformas digitais, das estufas ou das várias dimensões de precariedade que caracterizam o sistema económico, mas são urgentes e variadas as formas de as fazer falar e significar. Mesmo que em contexto temporal distinto do nosso, o livro clássico de Berger e Mohr é exímio na inversão de uma lógica de discurso em que os/as esquecidos/as do capitalismo surgem como índices acusatórios de um sistema que os toma por objetos: que nunca se descrevem, porque são descritos; que nunca falam, porque são tema de conversa. Antes como agora, a franja dos esquecidos e exploradas não logram falar de si mesmas.

Neste texto, Berger recorre ao termo "sociedades metropolitanas", como expressão indicativa de uma divisão do trabalho que, anteriormente estabelecida com o predomínio da "metrópole" no interior de um Estado, excede agora os limites fronteiriços e reconfigura-se na lógica mais atual das economias de mercado. As "sociedades metropolitanas" são hoje centros de poder económico e político que congregam todos os poderes, entre os quais o de tomar a palavra pelos outros, pelas outras, por seja quem for. Falar de "imperialismo", hoje, é falar ainda desta centralização do poder da palavra, mas é também recorrer a um conceito que se reconfigurou totalmente. É repensar um termo à luz de circuitos de produção, de lógicas de subalternização do trabalho e de processos de parasitagem que vão muito além da aceção mais convencional do conceito de "império".

Este número da *Anticapitalista* reveste-se de um novo fôlego, que incluirá a cada mês um dossiê temático. "Imperialismo" foi precisamente o tema que se impôs, quando, de tantas geografias e em tantos registos e intensidades, novas interpelações se propõem ao pensamento e à ação da esquerda. Reconhecer a necessidade de pensar as novas roupagens do imperialismo, testar a sua validade na dinâmica do capitalismo atual é reencontrar, com possíveis novas inflexões, o que já Berger reconhecia na sua obra clássica: a perpetuação da injustiça proporciona-se pela invisibilidade dos/as injustiçados/as.

Que esta renovada *Anticapitalista* contribua para o rasgar dos silêncios, dando espaço e projeção à voz das combativas, à tenacidade militante, à responsabilidade de uma esquerda que não desiste do tempo e que não desiste de si.

2 Editorial
Outro tempo, as mesmas vozes

3 Ecologia
COP26 de Glasgow. Poderá a ecologia radical e anticapitalista fazer-se ouvir?

4 Feminismo
Em nome dos direitos das mulheres?

6 Tecnologia
Tecnocracia *reloaded*: a ideologia das apps

7 Bívora
Bazuca abre o seu coração à Anticapitalista

8 Leituras
O negócio da saúde
Bruno Maia
Automation and the future of work
Aaron Benanav

Dossiê | Imperialismo
Imperialismos, guerras e internacionalismo
Alda Sousa
Do imperialismo ao imperialismo
Michel Husson

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres

Participaram nesta edição
Alda Sousa
Andrea Peniche
Hugo Monteiro
José Miguel Ricardo
José Torres
Leonor Figueiredo
Miguel Heleno
Patrícia Felício
Ricardo Lafuente
Tatiana Moutinho

Depósito Legal
441931/18

COP26 de Glasgow. Poderá a ecologia radical e anticapitalista fazer-se ouvir?

Gala Kabbaj*

*Responsável de investigação da Fundação *Espaces Marx*; facilitadora da *transform! Europe*.

A COP26, cimeira anual da ONU sobre alterações climáticas, está na mira dos grupos climáticos. A *Climate Action Network*, composta por mais de 1500 organizações não governamentais (ONG), apelou ao adiamento da Conferência. Razão: as restrições sanitárias britânicas, que excluem a participação dos países mais pobres, nomeadamente os do Sul Global. O evento arrisca, assim, uma apropriação das negociações pelos países mais ricos, em detrimento dos países mais expostos às alterações climáticas. É verdade que os objetivos são ambiciosos, mas as restrições à participação, a presidência da COP estar ocupada por um parlamentar conservador britânico e a crença na capacidade do mundo financeiro para travar a crise climática levam os ambientalistas a ter baixas expectativas em relação ao evento.

A esperança do movimento social reside fora da "Zona Azul" (reservada a funcionários da ONU, delegações governamentais, negociadores e muitos jornalistas) e do programa "oficial": a Cimeira Social (CS), que reúne uma coligação internacional de ONG e organizações da sociedade civil de todo o mundo e oferece um espaço de discussão, exigência e expressão das lutas globais. Esta estrutura, construída em torno de uma cimeira e de uma contracimeira, é relativamente comum. Mas, no caso da COP26, testemunha a pluralidade de conceções ecológicas e as possibilidades entre diferentes formas de investimento político.

A COP oficial encarna o imaginário da democracia deliberativa, baseado numa ideia de sociedade sem antagonismo constitutivo, em que o intercâmbio e a discussão racional conduzem a boas decisões políticas. Tal conceção naturaliza o quadro económico em que a deliberação ocorre, tornando difícil questionar a relevância e eficácia dos instrumentos do capitalismo na resposta à crise. E defende o financiamento de investimentos verdes e a utilização do dinheiro público para encorajar empresas e cidadãos a adotarem comportamentos "virtuosos". Portanto, as negociações internacionais visam apenas transformar o paradigma da ação pública sem desafiar a estrutura capitalista.

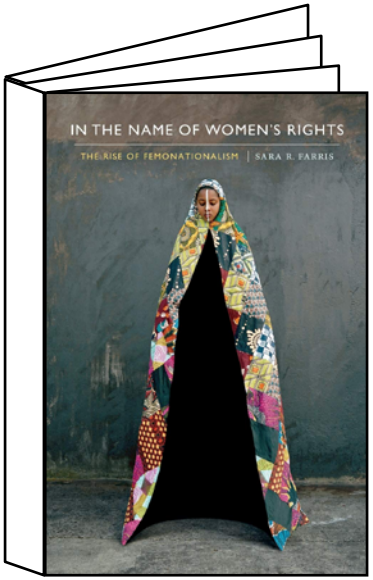
A CS encarna uma ideia de democracia agonista, baseada no princípio de que a tomada de decisões políticas assenta em lutas e interesses antagónicos. Do ponto de vista substantivo, a CS assume uma visão da ecologia cujo poder e urgência forçam um repensar do sistema económico e democrático, e onde *software* ideológico e estratégico se confrontam. Tal como no movimento climático, atravessado por correntes ideológicas diversas, a CS pode ser ponto de encontro de diferentes tonalidades de radicalismo e cultura política.

No entanto, a COP não impulsiona uma oposição direta entre diplomatas e a sociedade civil, pois as ONG são parte interessada nas negociações oficiais. Assim, as vozes da CS podem ter porta-vozes e influenciar deliberações e discussões. Da mesma forma, ativistas desiludidos com os debates e as conclusões resultantes da COP encontrarão na CS um espaço de expressão para a sua contestação. O aumento do poder destes atores sociais e das mobilizações cidadãs nos últimos anos contribuiu para a abertura de um novo modo de perspetivar as negociações, pois estas já não podem ocorrer sem a intervenção contínua das vozes de protesto que encontrem formas de influenciar o processo de tomada de decisão.

Assim, a COP26 é um momento político de dois gumes. Se, por um lado, as COP são momentos indispensáveis de visibilidade da causa ambientalista, por outro lado, podem também contribuir para o esvaziamento do seu potencial radical e de protesto. Neste sentido, a CS desempenha um papel fundamental na articulação da ecologia com outras lutas sociais (feminismo, antirracismo, direitos das minorias, lutas sindicais, etc.). Ao reinscrever a ecologia num imaginário comum de lutas pela igualdade e emancipação, a CS abre duas perspetivas estratégicas: agita o quadro de deliberação, impondo discursos que rompem com a ordem capitalista, e fortalece as lutas em curso, demonstrando a natureza desenraizada das negociações oficiais.

Em nome dos direitos das mulheres?

Andrea Peniche



Graças aos nossos recentes avanços militares, em grande parte do Afeganistão as mulheres não estão mais presas nas suas casas. (…) A luta contra o terrorismo é também a luta a favor dos direitos e dignidade das mulheres.[1]

Laura W. Bush

A instrumentalização do feminismo

Em 2017, Sara R. Farris publicou o livro *In the name of women rights. The rise of femonationalism.* No livro, a autora, que investiga sobre mulheres migrantes e muçulmanas na Europa, analisa a convergência de três agendas políticas - nacionalismo (de direita), feminismo e neoliberalismo - em torno de políticas islamofóbicas, cunhando, nesse processo, o termo *femonacionalismo*. Com ele, procura explicar a instrumentalização do feminismo a favor de políticas que este, à partida, recusaria, à semelhança do que, anos antes, no rescaldo do 11 de Setembro, Jasbir Puar havia feito com o termo *homonacionalismo*, cunhado para dar nome ao que chamou de conluio entre uma parte do movimento LGBTQI+ e o nacionalismo e a islamofobia norte-americanos.

O femonacionalismo refere-se, pois, às tentativas dos partidos de direita, extrema-direita e neoliberais fazerem avançar uma agenda xenófoba e racista, socorrendo-se, para o efeito, de declarações sobre igualdade de género, cooptando, por essa via, diversas feministas para a representação do Islão como religião e cultura misóginas por essência, a estigmatização dos homens muçulmanos como agressores e a representação das mulheres muçulmanas como vítimas passivas. É um processo de vampirização de ideias progressistas, embrulhado numa narrativa salvífica, que se propõe emancipar estas mulheres da sua cultura de origem. A igualdade de género é aqui usada para legitimar preconceitos: os homens muçulmanos representam um perigo iminente para as sociedades ocidentais, sobretudo por causa da forma como tratam as mulheres. Usados contra os homens muçulmanos, estes argumentos rapidamente galgam essa fronteira, estendendo-se aos homens migrantes não ocidentais e não brancos.

Um dos ardis do femonacionalismo consiste, precisamente, em colocar o debate em termos de guerras culturais, obliterando as desigualdades políticas, sociais e económicas estruturais que marcam a vida concreta das pessoas. Tudo é reduzido a confrontos de valores, os quais são definidos em grandes categorias abstratas, isentas de mediação e contradição e, por isso, vazias. Polarizando entre um *nós* civilizado e um *eles* bárbaro, e substanciando a barbárie com os ataques aos direitos das mulheres, o femonacionalismo arregimenta apoios em setores inesperados. Elisabeth Badinter, por exemplo, uma feminista histórica francesa, ouvida em 2009 numa comissão parlamentar sobre o uso do véu integral, referiu-se às mulheres que o usam voluntariamente como pessoas patológicas, doentes mentais, concluindo que, enquanto europeus/europeias, temos de nos defender dessas patologias, as quais representam «uma rutura do pacto social, uma recusa da integração e uma recusa do diálogo e da democracia»[2].

No seu estudo, Sara Farris analisou os programas de integração de mulheres migrantes e muçulmanas em três países: França, Itália, Países Baixos. Observou que estas mulheres são institucionalmente encorajadas a entrar no mercado de trabalho, mas esse encorajamento orienta-as sobretudo para os setores confrontados com escassez de mão de obra europeia: tarefas domésticas e de cuidado, limpezas... Ao contrário do que acontece noutros setores económicos, o trabalho de reprodução social não pode ser deslocalizado, razão que explica a aposta institucional nas mulheres migrantes. Por um lado, essa aposta permite responder à necessidade crescente de cuidados devida ao envelhecimento demográfico da população europeia; por outro lado, permite libertar as mulheres europeias dessas tarefas sem, contudo, mexer nas condições materiais da reprodução social. Em Itália, durante a crise económica (2007-2011) e o desmantelamento do Estado social, o governo Berlusconi fechou fronteiras e aboliu quotas de imigração, ao mesmo tempo que regularizou imigrantes que trabalhavam no setor dos cuidados e limpezas, ou seja, mulheres. Como sublinha Sara Farris, o neoliberalismo não é apenas o contexto económico onde ocorre a convergência femonacionalista, ele é constitutivo dessa convergência.

Se facilmente percebemos que as direitas e o centro se entusiasmem com estas políticas, como entender que feministas possam ser cooptadas para esta forma de racismo genderizado? Como podem não perceber a profunda contradição que existe em defender políticas de integração que orientam as migrantes para a esfera da qual historicamente o movimento feminista tentou libertar as mulheres?

[1] Radio Adress by Mrs. Laura W. Bush, 17 de novembro de 2001, George W. Bush Presidential Center.
[2] Assemblée Nationale, *Mission d'information sur la pratique du port du voile intégral sur le territoire national*, 9 de setembro de 2009.

Não há solidariedade sem escuta

O conceito de femonacionalismo ajuda a perceber as manobras de retórica política dos últimos tempos, nomeadamente sobre a queda de Cabul e consequente retirada das tropas ocupantes do Afeganistão. Mais do que um subtexto, a violação dos direitos das mulheres é claramente invocada como justificação para a ocupação. Mas terão realmente pesado os direitos das mulheres afegãs nas razões da ocupação? Como explicar, então, que, após 20 anos de ocupação, segundo organizações de direitos humanos, ativistas e jornalistas, o Afeganistão continue a ser um dos piores países do mundo para as mulheres, que dois terços das jovens não frequentem a escola, que 80% das mulheres continuem analfabetas, que mais de metade tenha sofrido violência doméstica e que 75% enfrentem casamentos forçados, em muitos casos antes de cumprirem 16 anos? Não estou a insinuar que não há diferenças entre o domínio talibã e a ocupação norte-americana, a ideia que disputo é se os direitos das mulheres afegãs foram argumento central ou oportunista na decisão de ocupar o país. Há quase 20 anos, num debate televisivo para as eleições legislativas na Alemanha, Gregor Gisy, do partido Die Linke, confrontava a candidata de Os Verdes, que na altura invocava justamente os direitos das mulheres para defender a participação alemã no ataque, com a consequência do argumento: se os direitos das mulheres são, de facto, razão para invadir um país, quantas dezenas de países no mundo teremos de invadir? «É um argumento absurdo», concluía Gisy. Estranho é que 20 anos e uma catástrofe anunciada depois ainda haja quem o não perceba.

Depois do 11 de Setembro, George W. Bush procurou razões para justificar a invasão do Afeganistão. Encontrou-as junto dos setores expectáveis, mas também em alguns setores feministas. Não causa estranheza que Laura W. Bush tenha emprestado a sua voz a essa farsa, mas que feministas o tenham feito é. Hillary Clinton, por exemplo, votou entusiasticamente pela guerra, chamando-a, inclusivamente, de "restauração da esperança". De que esperança falava? Esperança de quem?

Nunca se tratou de solidariedade, porque nenhuma solidariedade se constrói com bombas, tratou-se de imperialismo. As femocratas ocidentais acharam que as bombas eram libertadoras, donde concluíram que as afegãs achavam o mesmo. Esta ilusão imperialista é profundamente condescendente e racista: desumaniza as mulheres afegãs, olhando-as como se não tivessem agência, como se fossem vítimas passivas que precisam de ser salvas e emancipadas da sua cultura. Acontece que foram precisamente as vozes das mulheres afegãs que nos ajudaram sempre a perceber o logro. A Revolutionary Association of Women of Afghanistan (RAWA), que existe desde 1977, opôs-se à invasão e ao governo apoiado pelos Estados Unidos. Diziam em 2001: «A "guerra ao terrorismo" removeu os talibãs, mas não removeu o fundamentalismo religioso, que é a principal causa de todas as nossas misérias. Será necessária uma abordagem muito diferente, para que esses males sejam eliminados, que é o objetivo da RAWA. E, de facto, ao reinstalar os senhores da guerra no poder no Afeganistão, os EUA estão, em última instância, a substituir um regime fundamentalista por outro»[3]. Dizem em 2021: «Nos últimos 20 anos, uma das nossas reivindicações foi o fim da ocupação dos EUA/NATO e também que levassem com eles os seus fundamentalistas islâmicos e tecnocratas e deixassem o nosso povo decidir seu próprio destino. Esta ocupação resultou apenas em derramamento de sangue, destruição e caos. Transformaram o nosso país num lugar mais corrupto, inseguro, cheio de máfias de drogas, perigoso, especialmente para as mulheres»[4]. Esperança? Não, *femoimperialismo*.

Não se trata de condenar as motivações e esforços das pessoas que, no terreno, em condições muito difíceis, se emprenharam e sacrificaram em iniciativas civis – de alfabetização, de prestação de cuidados de saúde… -, trata-se de compreender que esses esforços estavam condenados ao fracasso perante a realidade de uma ocupação militar imperialista.

Quando os governos dos países ocupantes invocam a catástrofe que significa para as mulheres a tomada do poder pelos talibãs, estão a tentar justificar a ocupação. Não há nada de consequente nessa invocação, há, na melhor das hipóteses, ingenuidade histórica e estratégica; na pior, instrumentalização da situação das mulheres para tentar lavar a face do império. A perfídia é ainda maior quando percebemos que procuram agora colocar-se ao lado das vozes que, ontem e hoje, se levantaram em nome dos direitos das mulheres e contra o império. Nunca estiveram do mesmo lado, porque os direitos nacionais e democráticos e, em particular, os direitos das mulheres não são protegidos pela prática imperialista. O feminismo é, e tem de ser, uma luta por direitos e dignidade, não pode, por isso, justificar nem tolerar a opressão religiosa e patriarcal, nem o amesquinhamento de um povo em nome do império.

[3] RAWA, *On the Situation of Afghan Women*, outubro de 2001.
[4] RAWA, *RAWA Responds to the Taliban Takeover*, agosto de 2021.

Tecnocracia reloaded: *a ideologia das apps*

Ricardo Lafuente

O entranhamento das tecnologias digitais em cada vez mais facetas da nossa existência social obriga-nos a um esforço de familiarização rápida com os fenómenos tecnológicos em rede, para que possamos formular e adotar um vocabulário que nos ajude a identificar as instâncias onde a tecnologia é usada como aparato político ideológico, mesmo quando se tenta passar por neutra. O recente episódio de insucesso da app Stayaway Covid, em que assistimos (entre muitos outros episódios politicamente relevantes) à tentativa de obrigar ao uso de uma app oficial nos telemóveis de cada uma e um de nós, foi politicamente relevante. E em breve será apresentada no Parlamento uma distópica proposta de lei de videovigilância massiva e reconhecimento facial automático. É preciso olhar mais de perto para os pontos em comum.

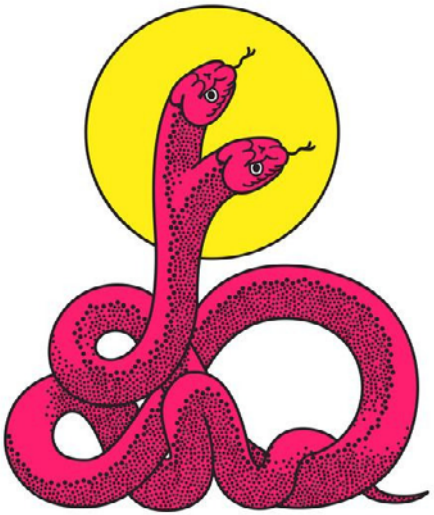
A Stayaway foi um exemplo essencial do que podemos chamar a doutrina do tecno-deslumbramento – uma adaptação do conceito de "solucionismo" de Morozov, com um nome menos cinzento. Ela exalta a supremacia de "soluções" digitais inovadoras, contempláveis apenas segundo a sua dimensão técnica, desprezando qualquer influência de outra ordem que não a técnica, encarando os direitos humanos e a legislação como indesejáveis obstáculos que devem ser ultrapassados em nome da inovação. O mantra de Silicon Valley *Move fast and break things* ajuda a caracterizar essa postura de implementação rápida de "soluções" inovadoras, mesmo consciente de que pode haver riscos e efeitos negativos dessa corrida para pôr novas tecnologias no terreno.

Quando estes novos aparatos funcionam de forma opaca e tecnicamente complexa – como é o caso da Stayaway ou do reconhecimento facial automatizado –, são naturalmente resistentes a qualquer forma de escrutínio democrático. As tecnologias digitais estão hoje irremediavelmente entranhadas na existência coletiva em sociedade, constituindo uma componente de infra-estrutura social, estejamos a falar de redes sociais, de mecanismos de vigilância ou de apps de saúde pública. Existe uma dificuldade técnica de as analisar e poder compreender a forma como operam, o que impede um debate informado e alargado sobre como influenciam o tecido social e político, e se essa influência é democraticamente desejável. A presença de apps e sistemas de inteligência artificial dentro de contextos sociais influenciam social e politicamente esses contextos, reduzindo ou amplificando desigualdades, criando restrições ou abrindo possibilidades.

A narrativa tecno-deslumbrada coloca a tecnologia digital como um meio incontornável de resolução de qualquer problema, mesmo os problemas sociais mais complexos. Tal é uma nova forma de tecnocracia – a armadilha ideológica de reclamar território político ao dar a suposta primazia a "técnicos que fazem", apresentando-se como não ideológica – mas a componente digital facilita uma narrativa da tecnologia como o meio neutro por excelência, que elimina a falha humana dos processos. A falha humana, claro, continua lá - são pessoas que desenham e elaboram os algoritmos, *software* e *hardware* - e a Stayaway demonstrou que as coisas podem correr mal.

Mas e quando correrem bem e surgir uma app que de facto salve vidas? Ou houver um potencial crime de grande dimensão que é efetivamente desmontado graças a um sistema automatizado de videovigilância? Será muito mais difícil defender a privacidade individual e a liberdade de movimentos e comunicações, sem os quais a sobrevivência de uma sociedade livre e democrática fica seriamente em causa. Para começar, importa mesmo elevar a urgência do tema do digital dentro dos debates contemporâneos e encontrar coletivamente o vocabulário fundamental para enquadrar e dar resposta aos dilemas cada vez mais frequentes colocados por cada novo aparato digital que surge para resolver mais um problema da sociedade.

Em entrevista intimista, Bazuca abre o seu coração à Anticapitalista



O Novo Anormal

Foi na sala de um T1 nos arredores de Bruxelas que a Anticapitalista conversou com a tão anunciada Bazuca. Sem muito que fazer, de pantufas, e entre duas séries da Netflix, a Bazuca falou-nos das suas angústias passadas e dos medos do futuro, numa entrevista marcante que fará o Daniel Oliveira (qualquer um dos dois) corar de inveja.

anti—capitalista - Cara Bazuca, obrigada por estar aqui connosco. Podemos tratá-la assim?

bazuca - Oh filho, já estou habituada. Já me chamaram de tudo. A malta estrangeira gosta de me chamar Green New Deal. É um bocado comprido, mas até dá um ar moderno. Agora, no outro dia esteve cá um colega seu do Observador que me chamou Plano de Recuperação e Resiliência. Eu disse pró meu marido: "Ai credo! Ao que chega o desespero desta gente".

anti—capitalista - Conte-nos, como é trabalhar como Bazuca?

bazuca - Ora bem, eu comecei nisto da bazucagem já lá vai quase um século, por isso já vi de tudo... Por exemplo, nos anos 1930 trabalhava-se muito bem. Um dia, o Dr. Roosevelt ligou para a minha casa e disse-me: "Eh pá, estamos aqui com uma crise lixada, precisamos que venhas cá dar uma mãozinha". No dia seguinte, assinei o contrato e comecei logo a trabalhar. Hoje em dia, infelizmente, já não é assim. Sei das coisas pela televisão, antes de falarem comigo...

anti—capitalista - E desde os anos 1930 tem estado parada?

bazuca - Ainda fiz uns trabalhinhos interessantes no pós-Guerra. O serviço nacional de saúde em Inglaterra, por exemplo. Depois, fiz um ou outro biscate durante os anos 1970... Mas, nas últimas décadas, isto tem sido uma pasmaceira sem conteúdo nenhum. Parece um romance do Miguel Sousa Tavares.

Agora a sério, a vida não está fácil para quem trabalha no ramo da bazucagem. Sabe como é, hoje as pessoas querem comprar tudo feito. Querem planos de recuperação da economia tipo pronto-a-vestir. Vão aos mercados de capitais a achar que é mais barato, mas, como diz o povo, o barato sai caro. Depois acabam com as finanças mais estrafegadas que roupa da Primark ao fim de duas lavagens.

anti—capitalista - Como é que viveu a última crise das dívidas?

bazuca - Olhe, para ser sincera, em 2008 até tive esperança. Quando a coisa rebentou, virei-me para a Dra. Merkel e disse-lhe: «Fala aí com o BCE, que eu consigo pôr isto a andar em pouco tempo». Mas, passados uns meses, ligou-me o amigo dela... o outro... ai... o... Ai, como é que se chama aquele que tem cabeça de manjerico e nome de password temporária?...

anti—capitalista - O Dijsselbloem?

bazuca - Esse! Ligou-me a perguntar se eu também fazia serviços de austeridade. Eu respondi-lhe que isso não é a minha área. E se há coisa que aprendi com a literatura do José Rodrigues do Santos é que, se não tens jeito para uma coisa, mais vale estar quieto. Desliguei-lhe o telefone na cara.

anti—capitalista - E em 2021, como se sente ao ser tão anunciada?

bazuca - Sinto-me nervosa. Até já me inscrevi no ioga.

anti—capitalista - Tem estado presente nas discussões sobre a Bazuca aqui em Bruxelas?

bazuca - Vou seguindo as promessas que fazem sobre mim pela televisão. Mas acho aborrecido. Faz-me lembrar o final do Preço Certo: à primeira vista, até parece um prémio jeitoso; depois começa a gritaria, "mais pra cima, mais pra baixo", e ninguém se entende. Enfim... aquilo está feito para, no final, o pessoal só levar uma torradeira ou um descascador de fruta.

anti—capitalista - Tem falado com o governo português?

bazuca - O governo português não fala muito quando vem cá a Bruxelas... Mas, por acaso no outro dia até tive um pesadelo com o primeiro-ministro português.

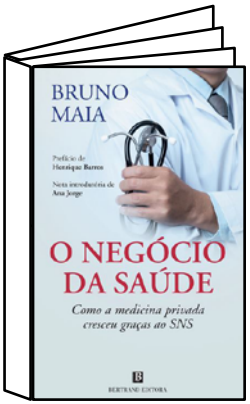
anti—capitalista - Quer contar?...

bazuca - Sonhei que o Dr. António Costa estava a ler o meu futuro numa sessão de *tarot*. Ele ia virando uma carta para cada setor a financiar pela Bazuca, enquanto ia fazendo promessas sobre o meu futuro. Virou a carta da habitação, da transição climática, da digitalização, etc. E eu, cheia de medo, sempre à espera do momento em que ele ia virar a carta da morte.

anti—capitalista - Quando é que percebeu que era um pesadelo?

bazuca - Quando ele virou a carta da cultura e me chamou Raspadinha.

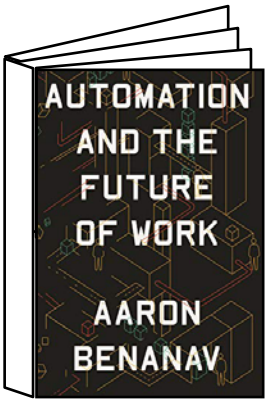
O Negócio da Saúde. Como a medicina privada cresceu graças ao SNS



Bruno Maia
2021 | Bertrand
PVP: ± 16.60 Euros

No ano de 2020, a sobressaltada sociedade portuguesa acordava coletivamente para a importância da saúde pública, com aplausos coreografados em *flash mob* pelas redes sociais. A superficialidade do episódio, por pontual que fosse, não deixava de expressar um reconhecimento, que a tantos e tantas beneficiaria nos longos meses vindouros. O aplauso coletivo reconhecia uma conquista social, onde a Saúde não se limita a ser um serviço, nem apenas questão exclusivamente médica, mas um direito de todas e uma missão de muitas pessoas. Como Bruno Maia sublinha, trata-se da concretização de uma obrigação da República, impressa na Constituição e, como tal, para além das circunstâncias políticas ou das disposições governamentais. Bem diferente – e a chave está nesta diferença – são as questões de investimento, gestão e organização da Saúde como bem público, no modo como suscetibilizam um Serviço Nacional de Saúde (SNS) aos circuitos de ganância privados. E este é um trabalho sobre os processos de estabelecimento de uma saúde privada, na sua relação estreita com o Estado e sucessivos governos.
Livro fundamental para se perceber os mecanismos com que os grupos privados de saúde se estabelecem a partir do Estado e na sua dependência, colhendo rendas e benefício de um sistema de saúde misto, em que a garantia estatal de cuidados de saúde coabita com a iniciativa privada. Ao longo de cinco capítulos, Bruno Maia fornece uma análise sustentada e documentada do modo como a suborçamentação do SNS, as "portas giratórias" entre responsabilidades públicas e privadas e as condições de privilégio para grandes grupos económicos e multinacionais da saúde moldam o Estado e condicionam o futuro do SNS em Portugal. Revela uma relação de dependência sistémica entre a saúde privada e o SNS, num percurso metodológico caracterizado por quem alia o saber especializado à tarefa de esclarecimento e ao gosto pelo debate.
Note-se que Bruno Maia recorre a dados essencialmente públicos, acessíveis e confrontáveis por qualquer pessoa que o pretenda confirmar ou refutar. Também por isto, este livro apresenta-se como um instrumento íntegro de análise, de denúncia e de perspetiva estratégica sobre políticas de Saúde, onde os interesses e os lucros contaminam o debate e dificultam a crítica esclarecida.
Hugo Monteiro

Automation and the future of work

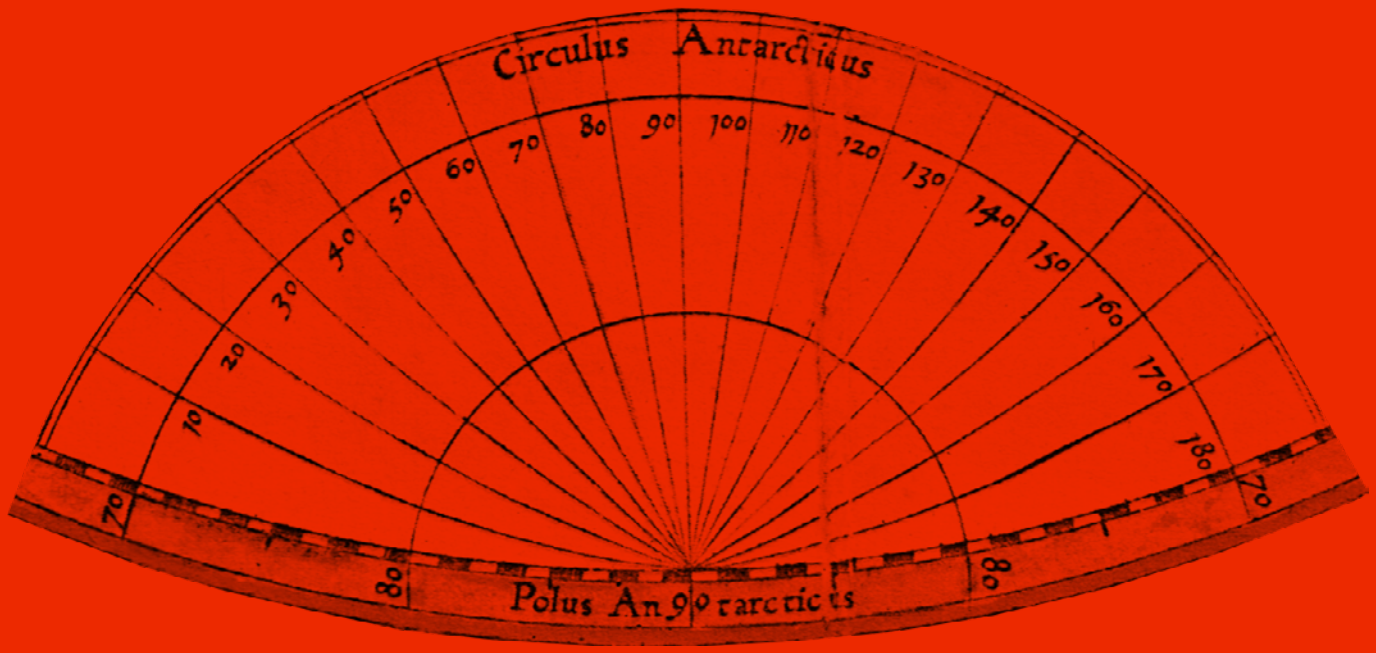


Aaron Benanav
2020 | Verso
PVP: ± 15 Euros

Nas últimas décadas, devido ao progresso da tecnologia, assistimos à substituição de mão de obra por máquinas e estima-se que este fenómeno se prolongue. Aaron Benanav, investigador e assíduo colaborador da New Left Review, começa por apresentar uma análise quantitativa do que está a provocar a atual crise do trabalho. De seguida, a partir de dados globais sobre o emprego, questiona e explora um conjunto de soluções qualitativas para o futuro. Analisa a desindustrialização global durante os últimos 50 anos e a resultante da estagnação dos salários e baixa procura de mão de obra. Poderíamos associar a desindustrialização às políticas comerciais e à deslocalização da produção para países com leis ambientais e laborais mais "flexíveis", contudo, o autor argumenta que não se trata apenas do avanço tecnológico ou da deslocação de recursos, mas também da diminuição das taxas de lucro e da velha crise do capitalismo: o excesso de produção. «Décadas de excesso de capacidade industrial destruíram o mecanismo de crescimento da produção e não foi encontrada qualquer alternativa», refere. Alguns teóricos afirmam que a automatização é o caminho para uma vida humana digna acessível a todas as pessoas. Benanav reverte o argumento, clarificando que, mesmo que a automatização total fosse possível, esta não funcionaria numa lógica produtiva capitalista. Critica também os investimentos públicos keynesianos, como o programa de garantia de emprego ou o rendimento básico incondicional (RBI). Enquanto as condições estruturais da nossa vida em relação ao capital persistirem, a propriedade privada, a renda, a dívida e todas as explorações que isso implica sugerem que tais soluções serão limitadas.
Para encerrar o livro, apela aos movimentos sociais emancipatórios. As máquinas não nos salvarão. Há que lutar contra a maré e essa luta depende dos trabalhadores e das trabalhadoras, que deverão recusar o contínuo declínio de trabalho e a crescente desigualdade económica que tal implica.
Patrícia Felício

dossiê

#1 SÉRIE III OUTUBRO 2021



imperialismo

Imperialismos, guerras e internacionalismo

Alda Sousa

O texto de Husson, que de seguida apresentamos, ajuda-nos a perceber como não há uma justaposição clara entre o papel dos países na cadeia do capitalismo global e na cena imperialista mundial. A nova configuração dos imperialismos é complexa, mas o certo é que globalização neoliberal aumentou a corrida aos armamentos (convencionais, nucleares ou de novo tipo - *drones*, por exemplo), o mundo está cada vez mais perigoso, o nível de conflitos aumentou exponencialmente e vivemos há décadas numa espécie de guerra permanente[1] e de instabilidade geopolítica.

O 11 de Setembro de 2001 e a retirada das tropas americanas do Afeganistão em 2021 não são acontecimentos desconexos. Ilustram uma estratégia em que estão presentes todos os ingredientes e contradições das novas configurações imperialistas, tendo por centro a ideia de guerra infinita e permanente. Nestes 20 anos de "guerra contra o terrorismo", assistimos ao crescimento da barbárie, da islamofobia, do racismo. Como explica Gilbert Achcar, o choque de civilizações tornou-se um choque entre barbáries[2], construindo uma nova desordem mundial.

Nestes 20 anos, assistimos ao ataque às Torres gémeas, à invasão do Afeganistão que se lhe seguiu, à invasão do Iraque, que destruiu o país inteiro com o pretexto da existência de armas de destruição maciça, que nunca foram encontradas, e de "levar a democracia", como se uma invasão e uma ocupação pudessem emancipar o povo iraquiano da ditadura de Saddam Hussein. E muitos mais conflitos.

A lógica do *nós*, o Ocidente civilizado, contra *eles*, o Médio Oriente bárbaro e retrógrado, tem dado origem, na Europa e nos EUA, a uma deriva securitária com reflexos preocupantes ao nível das restrições às liberdades individuais e coletivas e da institucionalização de uma islamofobia crescente (os muçulmanos tomados como bárbaros por essência e potencialmente terroristas), a par de outras formas de racismo, machismo e homofobia. Os governos europeus e norte-americano têm instigado uma lógica de medo e a Comissão Europeia até criou um pelouro para a "defesa do modo de vida europeu". Essa lógica está bem patente na recusa em receber pessoas refugiadas (da guerra, da fome, da pobreza, do clima) ou em recebê-las triando pela cor de pele.

Os EUA continuam, indiscutivelmente, a ser a maior potência imperialista: mais forte, mais agressiva e com o maior arsenal bélico, não só em quantidade e sofisticação, mas em expansão geográfica (cerca de 800 bases militares em cerca de 90 países). Mas não é a única. Há outros protagonistas já consolidados (China) ou emergentes (Rússia).

Os conflitos entre os EUA e a China têm sobretudo assumido a forma de guerra comercial, embora também disputem posições geoestratégicas. A China também possui um arsenal nuclear significativo (se bem que inferior ao dos EUA) e Trump não se coibiu de lhe fazer ameaças nucleares. A Rússia não tem os meios económicos da China, mas tem o segundo maior arsenal nuclear do mundo. Apesar de ser um interlocutor global, tem tido sobretudo um papel geopolítico de incidência mais regional (ex Síria).

Há ainda outros subimperialismos mais regionais, como os de Israel ou da Turquia.

A derrota militar e política dos EUA no Afeganistão significa um abalo no centro do império, mas não põe, para já, em causa a sua hegemonia. Criticar os EUA não significa, todavia, apoiar o tenebroso regime dos talibãs, porque o inimigo do meu inimigo não é necessariamente meu amigo. Ao mesmo tempo, não serão as sanções, nem muito menos outra intervenção militar (direta ou sob a cobertura de intervenção humanitária), que poderão vir a mudar a situação atual do povo afegão.

Internacionalismo

A solidariedade com as vítimas tem sempre de ser o centro das nossas preocupações e, sobretudo, da nossa ação. Em relação ao Afeganistão, cabe-nos lutar pelo acolhimento de pessoas refugiadas e por escutar empenhadamente as propostas do ativismo afegão. Isso significa reconhecer as vítimas como sujeitos políticos e não como recetáculos de políticas decididas sem elas. O apelo da RAWA (Revolutionary Association of the Women of Afghanistan) tem uma importância fundamental nesta aprendizagem da solidariedade internacionalista.

O internacionalismo de que precisamos é aquele que vem ensaiando a greve feminista internacional, os movimentos antiguerra, de precários e pela justiça climática. Um internacionalismo global, solidário com as vítimas, capaz de amplificar a voz de todas as pessoas oprimidas e de construir com elas um mundo diferente.

[1] Jorge Costa, Francisco Louçã (2003). *A Guerra Infinita.* Porto: Afrontamento.
[2] Gilbert Achcar (2006). *The Clash of Barbarisms*. Londres: Saqui Book.

*Do imperialismo ao imperialismo**

Michel Husson

Será que a globalização põe em causa as abordagens clássicas ao imperialismo? Esta é a questão que orienta este artigo, que se divide em duas partes. A primeira apresenta uma breve revisão dessas teorias e a segunda procura apontar as características da globalização que tornam necessária uma atualização teórica e conceptual. Trata-se de reflexões provisórias que visam sobretudo delinear os eixos de uma tal atualização.

As teorias clássicas do imperialismo

O termo imperialismos não aparece em Marx, mas sim no livro de Hobson de 1902[1], sendo mais tarde retomado pelos marxistas do início do século XX. O conceito não designa, de forma direta, uma teoria de exploração dos países do Terceiro Mundo, refere-se antes a uma análise das contradições dos países capitalistas e a uma teoria da economia mundial cujos elementos constitutivos podem já ser encontrados em Marx.

Desde o *Manifesto do Partido Comunista* que Marx sublinha que «através da exploração do mercado mundial, a burguesia confere um caráter cosmopolita à produção e ao consumo» e em *O Capital* afirma muito claramente que «A base do modo de produção capitalista é constituída pelo próprio mercado mundial»[1]. Nas análises de *O Capital*, a função do comércio internacional reside principalmente na contratendência que confere à baixa da taxa de lucro: «O capital investido no comércio externo é capaz de produzir uma taxa de lucro mais elevada porque, em primeiro lugar, compete com países cujas estruturas de produção de mercadorias são mais baixas»[3]. E Marx sublinha a existência da transferência de valor: «O país favorecido recebe de volta mais trabalho do que deu em troca, embora esta diferença, este excedente, tal como na troca entre capital e trabalho, seja acumulado por uma determinada classe»[4].

Para Lenine, Bukarine e Rosa Luxemburgo, não se trata, à partida, de analisar o que atualmente chamamos de relações Norte-Sul: a questão teórica que é discutida refere-se às condições internas do funcionamento do capitalismo. Após a *grande depressão* (1873-1895), o capitalismo retoma um crescimento ainda mais dinâmico, ao mesmo tempo que passa por transformações substanciais. Toda uma série de teóricos, incluindo Bernstein e aqueles que Lenine designa de marxistas legais, propõem uma interpretação dos esquemas de reprodução que preconiza a possibilidade de um desenvolvimento indefinido do capitalismo exclusivamente baseado no mercado interno. Portanto, a questão que é colocada é a de melhor compreender o modo de funcionamento do capitalismo numa fase particular da sua história. É relativamente a este problema que o conceito de imperialismo será introduzido e que os países coloniais e semicoloniais vão desempenhar um papel específico na análise teórica.

Aos prognósticos otimistas de um Bernstein sobre a dinâmica do capitalismo, Rosa Luxemburgo opõe uma leitura diferente dos esquemas de reprodução. (…) Para Rosa Luxemburgo, a reprodução do capital necessita, «como condição primeira, de um círculo de compradores que se situam fora da sociedade capitalista»[5]. Como vimos, esta ideia está já presente em Marx, que assinala no *Manifesto* que, «impelida pela necessidade cada vez maior de escoamento dos seus produtos, a burguesia invade toda a superfície do globo». Esta conceção, que implica que a realização da mais-valia exige permanentemente a abertura dos mercados externos, reflete bem o período de expansão imperialista, no qual os países dependentes desempenharam um papel cada vez mais importante do ponto de vista dos mercados que ofereciam. Mas a sua base teórica não podia ser sistematizada: que, em determinadas condições históricas particulares, a expansão imperialista seja um elemento importante, até decisivo, da acumulação do capital é uma coisa, mas fazer desta constatação uma lei absoluta, como fez Rosa Luxemburgo, para quem «a mais-valia não pode ser realizada nem por assalariados nem por capitalistas, mas apenas por camadas sociais ou sociedades com um modo de produção pré-capitalista», é um passo que não poderia ser dado.

«Se definíssemos o imperialismo tão sucintamente quanto possível, teríamos de dizer que se trata da fase monopolista do capitalismo»[6]. É assim claro que Lenine toma como ponto de partida o modo de funcionamento dos países capitalistas mais desenvolvidos. O seu objetivo é duplo: por um lado, dar conta das transformações que ocorreram neste funcionamento e, por outro, explicar como as rivalidades inter-imperialistas conduziram à I Guerra Mundial.

O imperialismo, fase superior do capitalismo[7], escrito em 1916, vais buscar a Hobson e Hilferding as análises clássicas do capitalismo financeiro, mas expande a definição a estas cinco «características fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital atinge graus de desenvolvimento tão elevados que origina monopólios, cujo papel é decisivo na vida económica; 2) a fusão do capital bancário e do capital industrial e a criação, baseada neste "capital financeiro", de uma oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, contrariamente à exportação de mercadorias, assume assim uma importância especial; 4) a formação de uniões de capitalistas monopolistas internacionais que partilham, entre si, o mundo; 5) o fim da divisão territorial do globo entre as grande potências capitalistas mundiais»[8].

[1] Ver bibliografia anexa.
[2] *Le Capital*, Editions Sociales, Livro III, tomo IV, p. 341.
[3] *Idem*, p. 250.
[4] *Idem*, p. 251.
[5] *L'accumulation du capital* (1913), Petite Collection Maspero, Oeuvres IV, p. 25.
[6] Lenine, *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*, Editions de Moscou, p. 113.
[7] Na tradução das *Edições Avante!*
[8] *Idem*, p. 114.

Bukarine[9] propõe uma apresentação mais sistemática da economia mundial, insistindo na contradição entre internacionalização das forças produtivas e apropriação da mais-valia que continua a ocorrer à escala nacional. O autor critica o ultraimperialismo de Kautsky, segundo o qual a concentração do capital poderia conduzir a um funcionamento harmonioso da economia global. No entanto, esta teorização baseia-se, em última análise, num modelo adequado ao período em questão, mas atualmente ultrapassado: cada capitalismo nacional resolveria as suas dificuldades através da formação de uma espécie de capitalismo de Estado e as contradições do capitalismo seriam transferidas para o nível mundial, manifestando-se apenas sob a forma de rivalidades inter-imperialistas.

Por seu lado, Trotsky delineou uma «teoria do desenvolvimento desigual e combinado», que afirma que se o capitalismo tende a estender-se por todo o mundo, não o faz de forma linear e harmoniosa. Esta abordagem permite evitar duas simplificações abusivas. A primeira seria considerar o capitalismo, apesar da violência dos seus métodos, um agente do progresso histórico com um balanço globalmente positivo. Mas a formulação desta teoria distingue-se igualmente de uma tese que poderia ser classificada de terceiro-mundista, segundo a qual o capitalismo seria radicalmente incapaz de sustentar qualquer desenvolvimento nos países dominados.

Estas aquisições gradualmente acumuladas pelos marxistas clássicos serão delapidadas pela contrarrevolução estalinista. Por razões de conveniência política da burocracia soviética, a teoria marxista será reduzida a uma visão esquemática que procura afirmar o papel progressista das burguesias nacionais face a um imperialismo interessado apenas em manter as estruturais locais descritas como feudais, de modo a justificar a política da III Internacional.

As teorias da dependência

Por uma questão de simplicidade, este termo pode ser usado para referir os muitos contributos que surgiram após a II Guerra Mundial e que retomaram as teorias clássicas do imperialismo. A novidade consistiu em raciocinar a partir do ponto de vista dos países dominados e insistir nas deformações resultantes do desenvolvimento capitalista mundial. Apesar do florescimento de abordagens diversificadas, pode, no entanto, considerar-se que existe um núcleo comum resumido nesta definição de dependência de Dos Santos: «Por dependência entendemos uma situação em que a economia de um determinado país é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de uma outra economia, à qual está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, entre estas e o comércio mundial, assumindo a forma de dependência quando alguns países (dominantes) experimentam expansão e autossuficiência, enquanto outros (dependentes) apenas podem esperar consegui-lo como sobreproduto de tal expansão (…). Vemos como estas relações postas em prática pelo mercado são desiguais e combinadas»[10].

O eco das formulações de Trotsky é mais que uma mera coincidência e marca o regresso às teorizações da economia mundial tomada na sua globalidade. Mas este retorno é dirigido ao *terceiro-mundismo*, tendendo a sobrevalorizar alguns aspetos da estrutura da economia-mundo.

As teses de André Gunder Frank[11] são um bom exemplo desta tendência de levar ao limite. O ponto de partida é a constatação, correta, da polarização da economia mundial: o desenvolvimento do capitalismo não é homogéneo, existindo o que Frank e Samir Amin[12] designam de Centro e Periferia. O desejo de se afastar do esquema estalinista empurrou Frank até ao limite da sua lógica alternativa, no que à América Latina diz respeito. Uma vez que se tratava de recusar teses dualistas simplistas que opunham um setor feudal e um setor capitalista, Frank insiste numa predominância do capitalismo, afirmando que a América Latina é capitalista desde o início da conquista. Esta tendência de saltar de um extremo a outro encontra-se, de forma ainda mais marcada, na abordagem que foi dominante durante os anos 1960 (…): o capitalismo pilhou o Terceiro Mundo[13], repatria a integralidade do lucro e é, portanto, incapaz de assegurar o desenvolvimento industrial dos países dominados. Não há, assim, qualquer diferença natural entre revolução anti-imperialista e revolução socialista. Que esta conclusão seja coerente com a teoria da revolução permanente é uma evidência. O que é menos convincente, retrospetivamente, é o caráter unilateral da análise económica, baseada em particular na noção de troca desigual.

A figura do saque tornou-se generalizada e encontrou o seu modelo teórico no livro de Arghiri Emmanuel[14], que tem o mérito da simplicidade: os países da periferia caracterizam-se por salários e níveis de produtividade inferiores. No entanto, existe um mercado mundial no qual um preço único é formado pela igualização das taxas de lucro. Esta uniformidade de preços, relativamente às diferenças de produtividade, conduz a transferências de valor, ou seja, à exploração da periferia pelo centro. O erro de fundo deste modelo consiste em confundir países e capital e conduz, inevitavelmente, a uma visão paradoxal de uma solidariedade de interesses entre a classe trabalhadora e a burguesia dos países imperialistas, que coexplorariam assalariados dos países dependentes. Não é surpreendente que, à época, se falasse de *nações proletárias*, mas tal conduz a um paradoxo espantoso, uma vez que o radicalismo da teoria da troca desigual acaba por desembocar na ideia de nacionalismo anti-imperialista.

(…) A principal crítica que se pode fazer às versões radicalizadas das teorias de dependência é que elas têm dificultado a compreensão dos processos de industrialização que se desenvolviam precisamente nos anos 1960. Em vários países capitalistas dependentes (México, Argentina ou Brasil na América Latina, Coreia ou Índia na Ásia, Argélia ou Costa do Marfim em África), os processos de industrialização ocorreram após a II Guerra Mundial até ao início da década de 1970. As taxas médias de crescimento alcançadas

[9] *O imperialismo e a economia mundial,* Editora Melso, s/d, Circa 1960.
[10] Theotonio dos Santos, "The structure of dependence" *American Economic Review,* maio de 1970.
[11] Ver, por exemplo, *Capitalisme et sous développement en Amérique Latine,* Maspero, 1968.
[12] Samir Amin, *L'accumulation à l'échelle mondiale,* Anthropos Paris/IFAN Dakar, 1970.
[13] Pierre Jalée, *Le Pillage du Tiers Monde,* Maspero, 1965; *Le Tiers Monde dans l'économie mondiale,* Maspero, 1968; Tradução em inglês: *The Third World in World Economy,* Monthly Review Press, 1969.
[14] Arghiri Emmanuel, *L'échange inégal,* Maspero, 1969; Tradução em inglês: *Unequal Exchange,* Monthly Review Press, 1972.

nos países do Sul foram equivalentes, ou mesmo superiores, às dos países imperialistas durante este período.

As versões mais extremas e/ou populares das teorias de dependência não permitem uma compreensão adequada da realidade do desenvolvimento (…). Esta visão demasiado unilateral reflete um papel excessivo atribuído à esfera da circulação e populariza a imagem de países cuja riqueza era continuamente injetada do exterior, com uma tendência simétrica para exagerar a importância desta transferência para os países imperialistas.

A grande viragem do mundo

A globalização conduziu a um verdadeiro ponto de viragem na economia mundial, através de um efeito *boomerang*. Tal pode ser medido de muitas maneiras, mas o critério mais significativo é, sem dúvida, o grau de industrialização. Entre 2000 e 2013, a produção industrial mundial (excluindo a energia) cresceu 37%, mas quase todo este crescimento foi alcançado pelos países ditos emergentes, onde a produção mais do que duplicou (+112%), estagnando nos países avançados (+1,5%). Metade da produção mundial de manufatura é agora produzida por países emergentes. Esta observação, que mina as teses sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento e sobre a impossibilidade de processos de industrialização no Sul, tem um corolário importante: a globalização está a conduzir à formação de uma classe trabalhadora global, que se desenvolve essencialmente nos países emergentes[15].

O fenómeno assumiu toda a sua amplitude no início do século XXI e conduziu à categoria imprecisa de *países emergentes*. Numa definição ampla, refere-se a todos os *países não avançados* (…). Esta divisão oculta o facto de que existem países que não são nem *avançados* nem *emergentes*; no entanto, é suficiente como medida desta grande mudança.

A questão que então se põe é saber em que medida o aumento de poder dos países emergentes põe em causa as abordagens clássicas ou de dependência do imperialismo. Não devemos ter medo de ser iconoclastas (pelo menos inicialmente) e de sublinhar o que pode ser inédito nesta nova configuração.

Uma nova configuração da economia mundial

Para os clássicos, os países dependentes eram recetáculos do capital exportado pelos países imperialistas. Vimos que Lenine fez da exportação de capital um dos critérios para definir o imperialismo. Mas basta recordar que os Estados Unidos são hoje um importador líquido de capital para mostrar que as coisas mudaram. Pierre Dockès[16] resume a configuração atual da seguinte forma: «O capital já não se move sobretudo de Norte para Sul, nem simplesmente de Sul para Norte, como se diz frequentemente, move-se de países emergentes recentes para países maduros e para países ainda em desenvolvimento (um fluxo muito mais modesto)». Dockès fala mesmo de um imperialismo «ao contrário» ou «de emergência», que «se exerce, por um lado, para os antigos países desenvolvidos através da exportação de produtos industriais e capitais e, por outro lado, para países em desenvolvimento (África, Ásia subdesenvolvida) através do controlo dos recursos de matérias-primas, produtos energéticos e até terra».

A economia global está hoje estruturada por uma complexa teia de capitais que define o que se chama cadeias de valor global. Este termo refere-se à distribuição de diferentes segmentos da atividade produtiva por vários países, desde a conceção até à produção e entrega ao consumidor final. Ou seja, a passagem de internacionalização para globalização do capital levou à organização da produção em vários países. A imagem da economia mundial deve deixar de ser apenas a de uma faceta assimétrica entre países imperialistas e países dependentes e passar a ser a da integração de segmentos das economias nacionais, sob a égide de empresas multinacionais que tecem uma verdadeira teia que cerca a economia mundial.

Um estudo recente[17] estabeleceu um mapa preciso das interligações entre as multinacionais: a maioria (80%) do valor criado pelas 43 000 empresas consideradas é controlada por 737 entidades: bancos, companhias de seguros ou grandes grupos industriais. (…)

Esta nova configuração reflete-se no impressionante dinamismo do capitalismo nos países emergentes, cujos modos de ação brutais, mesmo esclavagistas, fazem lembrar as formas violentas tomadas pela revolução industrial em Inglaterra no século XIX. (…)

Esta dinâmica já não é um simples reflexo da situação económica dos países centrais. É claro que não há desconexão, uma vez que os países emergentes dependem das suas exportações para Norte. Mas estão gradualmente a ganhar autonomia com base no comércio Sul-Sul e no crescimento dos seus mercados internos.

A primeira implicação deste novo panorama é que a representação da economia mundial como uma simples justaposição de economias nacionais deve ser abandonada e substituída pelo conceito de uma economia mundial integrada. As empresas multinacionais são os agentes desta integração, cuja geografia coincide cada vez menos com a dos Estados. Este crescente entrosamento torna as ferramentas de análise clássicas obsoletas e modifica as representações da economia mundial. (…) Num artigo recente, Robert Reich mostra que a noção de nacionalidade de uma empresa é cada vez mais irrelevante[18]. Reich salienta que apenas um em cada cinco funcionários da IBM trabalha nos Estados Unidos e que muitas multinacionais norte-americanas estabeleceram relações de coinvestimento com empresas chinesas, concluindo que «Vamos parar de nos perguntar se as grandes multinacionais são "americanas". É um jogo que não podemos

[15] Michel Husson, "La formation d'une classe ouvrière mondiale", note hussonet n. 64, 18 12 2013.
[16] Pierre Dockès, "Mondialisation et 'impérialisme à l'envers", em Wladimir Andreff (dir.), *La mondialisation, stade suprême du capitalisme,* Presses Universitaires de Paris Ouest, 2013.
[17] Stefania Vitali, James B. Glattfelder e Stefano Battiston, "The Network of Global Corporate Control" *PLoS ONE* 6(10), 2011.
[18] Robert Reich, "The Increasing Irrelevance of Corporate Nationality", 28 07 2014.

ganhar. Em vez disso, concentremo-nos no que queremos que as multinacionais, independentemente da sua nacionalidade, façam na América e como podemos conseguir que o façam».

Este intercâmbio globalizado oferece às grandes empresas uma saída, proporcionando-lhes um mercado muito maior do que o mercado interno dos seus pontos de origem (para não falar da evasão fiscal). (…) Ou seja, assistimos a uma dissociação da dinâmica do capital de acordo com o seu grau de ligação ao mercado mundial. Tal significa também que o fraco crescimento do mercado interno de um país é suportável para as empresas desse país, desde que disponham de pontos de venda alternativos no mercado mundial.

Estados e capital

A partir do momento em que o mapa dos Estados e o do capital é cada vez mais desarticulado, as relações entre eles devem ser pensadas de forma diferente. É claro que os laços privilegiados entre uma dada multinacional e o seu Estado de base não desapareceram e o *seu* Estado procurará defender os interesses das suas indústrias nacionais. O distanciamento advém do facto das grandes empresas terem o mercado global como horizonte e de uma das fontes da sua rentabilidade residir na possibilidade de organizar a produção à escala global a fim de minimizar custos. Não há quaisquer constrangimentos que as forcem a recorrer ao emprego interno e as suas oportunidades de mercado estão largamente desligadas das circunstâncias nacionais. O melhor indicador desta assimetria encontra-se, sem dúvida, na ascensão do discurso sobre atratividade: já não se trata de uma questão dos Estados, e isto é verdade em particular na Europa, defenderem os seus "campeões nacionais", mas de fazerem tudo o que for possível para atrair o investimento estrangeiro para o seu território.

A globalização conduz, portanto, a um entrelaçamento de relações de poder que se organizam de acordo com o que se poderia chamar dupla regulamentação contraditória. Por um lado, os Estados têm de combinar os interesses divergentes do capital orientado para o mercado mundial - organizando a produção em conformidade - e os do tecido de empresas que produzem para o mercado interno. A distinção entre setores expostos e protegidos é cada vez mais importante na análise dos capitalismos nacionais. Por outro lado, estes mesmos Estados procuram, simultaneamente, garantir uma regulamentação nacional coerente e condições para uma inserção ótima numa economia cada vez mais globalizada.

Nestas condições, as relações entre Estados capitalistas baseiam-se em dois objetivos contraditórios: cada Estado procura classicamente assegurar a sua posição na escala das hegemonias, mas deve também garantir as condições para o funcionamento do capitalismo globalizado. (…) Portanto, hoje não existe nem ultraimperialismo, nem governo mundial, o que faz do capitalismo contemporâneo um sistema que, pela sua própria natureza, escapa a qualquer verdadeira regulação e que funciona de forma caótica, jogando entre a concorrência exacerbada e a necessidade de reproduzir um quadro operacional comum. Tal não impede, evidentemente, que as práticas tipicamente imperialistas continuem. (…)

Este entrelaçamento das relações de poder torna provavelmente impossível raciocinar em termos de sucessão de potências dominantes, como se a hegemonia da China tomasse mecanicamente o lugar da dos Estados Unidos. Sem entrar numa análise geoestratégica que ultrapasse o âmbito deste artigo, poder-se-ia argumentar que estas relações de poder estão hoje estruturadas em dois eixos: um eixo clássico vertical, que opõe as grandes potências, e um eixo horizontal, correspondente à concorrência entre capitais. É por isso que a economia mundial não pode ser analisada como se apenas existisse uma relação hierárquica entre países imperialistas e países dominados. Se levarmos este raciocínio ao limite, poderíamos vir a falar de um «imperialismo ao contrário», como faz Pierre Dockès, que em todo o caso tem razão, ao insistir na crescente concorrência exercida, não só na conquista de mercados, mas também no controlo dos recursos.

Uma configuração instável

Embora tenhamos de ter em conta a grande mudança na economia mundial, temos também de tentar detetar os seus limites e contradições, e não nos limitarmos a prolongar as tendências da última década. As seguintes reflexões são, portanto, mais hipóteses de trabalho do que previsões. Talvez seja útil começar pelas da OCDE[19] (…) sobre as perspetivas da economia mundial até 2060. A OCDE prevê que «o crescimento, mesmo que mais sustentado nos países emergentes do que nos da OCDE, abrandará devido ao esgotamento gradual do processo de recuperação e a uma demografia menos favorável». Classicamente, a OCDE decompõe o crescimento em três elementos: capital, trabalho (mais "capital humano") e produtividade total dos fatores. Mas aponta para um fenómeno central, que é o acentuado abrandamento da produtividade, assim definida, nos países emergentes: espera-se que caia de mais de 5% na última década para 3,2% na próxima (2010-2020) e para 2,1% em 2060. (…)

O caso da China leva-nos a alargar esta questão da seguinte forma: o movimento ascendente das cadeias de valor, isto é, a capacidade de produzir bens de alta tecnologia, depende do coinvestimento internacional ou reflete a crescente autonomia do aparelho produtivo chinês? (…) Os líderes chineses estão cientes dos limites do modelo e planearam centrar-se no mercado interno. Mas enfrentam dois grandes obstáculos: por um lado, o aparelho produtivo não é imediatamente adaptável à procura interna e, acima de tudo, uma tal reorientação exigiria uma grande mudança na distribuição dos rendimentos[20].

[19] OCDE, "Policy challenges for the next 50 years", julho de 2014.
[20] Ver Chiara Piovani, "Class Power and ChinaChina's Productivity Miracle", *Review of Radical Political Economics,* 2014, Vol. 46(3), 2014.

Estas questões são ainda mais legítimas no que diz respeito aos outros BRICS. No caso do Brasil, Pierre Salama fala de «reprimarização» e de desindustrialização[21]. Em geral, os países emergentes entraram numa fase de instabilidade crónica das suas contas externas. Acima de tudo, a economia mundial não pode ser analisada de acordo com uma divisão aproximada entre países avançados e emergentes, ignorando outras categorias de países, como os países rentistas. Uma parte considerável da população mundial vive nestes países, ou em partes destes países, mantidos fora da dinâmica da globalização capitalista. As linhas divisórias atravessam as formações sociais e contribuem para a desestruturação das sociedades.

Hipóteses de trabalho à laia de conclusão

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado ainda é válida, desde que assumamos que já não diz respeito a economias nacionais relativamente homogéneas: uma vez mais, o mapa do capital não se sobrepõe ao dos Estados e o capital financeiro internacional adquiriu uma autonomia sem precedentes históricos.

A questão teórica mais difícil, e que provavelmente não pode ainda ser elucidada, é saber em que medida os chamados países emergentes adquiriram um controlo real dos processos de produção ou até que ponto permanecem como subcontratados e sujeitos à volatilidade do capital internacional. A resposta é sem dúvida diferente, dependendo do país e do setor e, deste ponto de vista, a homogeneidade da categoria de países emergentes deve ser questionada. A resposta a esta pergunta acabará por determinar até que ponto as conceções clássicas de imperialismo serão desafiadas.

Uma segunda questão diz respeito à durabilidade desta nova configuração da economia mundial. Por um lado, o esgotamento do crescimento no Norte acabará provavelmente por abrandar o crescimento no Sul e, por outro lado, as tensões sociais no Sul pesarão na direção de um crescimento mais autocentrado e, portanto, mais lento.

Muitas destas questões serão decididas não a um nível estritamente económico, mas ao nível social e ecológico. A atual organização da economia mundial leva a uma permanente fuga para a frente na regressão social. É, aliás, o que está implícito nas previsões da OCDE já citadas, que preveem um aumento universal da desigualdade e cuja mensagem pode ser resumida assim: «De acordo com a OCDE, se se pretende maior crescimento, deve aceitar-se maior desigualdade. E vice-versa. Mesmo para se atingir uma medíocre taxa de crescimento da economia mundial de 3%, é necessário tornar o trabalho "mais flexível" e a economia ainda mais globalizada»[22].

Finalmente, e sobretudo, o desafio das alterações climáticas, que deveria implicar uma cooperação internacional e uma mudança para um modelo de desenvolvimento diferente. Mas estas duas condições estão em contradição com a lógica profunda do capitalismo, que é um sistema baseado na concorrência entre capitais e na procura de lucro.

É, portanto, necessário revisitar a teoria do imperialismo. Mas isto também exige a paciente construção de um novo internacionalismo baseado na comunidade objetiva de interesses dos trabalhadores postos em competição em todo o mundo, para além das suas diferentes condições de vida. Afinal de contas, é nas lutas que pode surgir uma melhor compreensão deste adversário comum.

[21] Pierre Salama, *Les économies émergentes latino-américaines,* Armand Colin, 2012.

[22] Paul Mason, "The best of capitalism is over for rich countries and for the poor ones it will be over by 2060", *The Guardian,* 07-07-2014.

Anexo — Pequena bibliografia sobre as teorias clássicas:

Albert F. Mummery A. e John A. Hobson Hobson J. (1889), *The Physiology of Industry.*

John A. Hobson (1902), *Imperialism, A Study.*

Nikolai Bukarine (1916), *Imperialism and World Economy.*

Nikolai Bukarine (1916), *L'économie mondiale et l'impérialisme (excertos).*

Nikolai Bukarine (1924), *Imperialism and the Accumulation of Capital.*

Rosa Luxemburgo (1913), *L'accumulation du capital.*

Rosa Luxemburgo (1921), *The Accumulation of Capital - An Anti-Critique.*

Rudolf Hilferding (1910), *Le Capital financier.*

Vladimir I. Lenine (1916), *L'impérialisme stade suprême du capitalisme.*

Texto originalmente publicado em *Nouveaux Cahiers du Socialisme,* n.º 13, 2015, com o título *"Notes sur l'impérialisme contemporain".

V CONFERÊNCIA DA REDE ANTICAPITALISTA

23 OUTUBRO 2021

LISBOA